

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

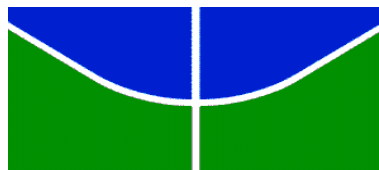
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da
Diversidade Cultural

EVELINE KARIELE TEIXEIRA DE SOUZA

ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO DE
CASO EM CEILÂNDIA/DF

Brasília/DF

2015



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da
Diversidade Cultural

EVELINE KARIELE TEIXEIRA DE SOUZA

ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO DE
CASO EM CEILÂNDIA/DF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília (UnB), como requisito para
obtenção do grau de Especialista em Educação em e
para os Direitos Humanos, no contexto da
Diversidade Cultural pela Universidade de Brasília –
UnB.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Coelly Fernades Saraiva.

Brasília/DF

2015

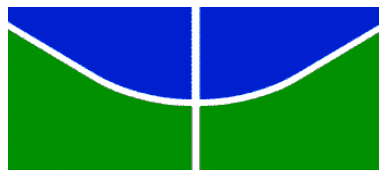
SOUZA, Eveline Kariele Teixeira de.

Enfrentamento à homofobia no ambiente escolar: um estudo de caso em Ceilândia – DF. / Eveline Kariele Teixeira de Souza. – Brasília, 2015. 45 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Coelly Fernandes Saraiva.

1. Enfrentamento. 2. Homofobia nas escolas. 3. Ceilândia/DF.



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da
Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Eveline Karielle Teixeira de Souza, intitulado Enfrentamento à homofobia no ambiente escolar: um estudo de caso em Ceilândia/DF, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof^a. Dr^a. Regina Coelly Fernandes Saraiva (Presidente)

Universidade de Brasília - UnB

Prof^a. Dr^a. Larissa Medeiros Marinho dos Santos (Examinadora)

Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ

Brasília, novembro de 2015.

Aos meus amados, filhos e Bruno, pela disponibilidade, paciência e admiração. Às Deusas pela proteção. Ao Universo pela oportunidade.

RESUMO

O trabalho discute sobre as formas de combate à homofobia realizada por educadores de uma escola particular em Ceilândia/DF. O estudo ocorreu devido ao crescente número de casos de violência relativos à diversidade de gênero e orientação sexual ocorridos na instituição e região em que se localiza a escola. A partir de uma pesquisa-intervenção constatou-se que as ações realizadas pelas educadoras auxiliaram no enfrentamento das práticas homofóbicas no cotidiano escolar. O estudo revelou a necessidade em oferecer cursos que orientem os docentes a trabalhar com a homofobia; a pouca participação nas discussões sobre o Projeto Político Pedagógico; o distanciamento da família e comunidade escolar nas ações de promoção à cidadania LGBT e a influência da religião nas posturas realizadas. Por fim, a investigação revelou a importância de discutir estratégias para a promoção da cidadania com foco no respeito à diversidade sexual e a conscientização dos Direitos Humanos voltados para uma educação inclusiva, capaz de promover a Cultura de Paz e o respeito ao outro em suas singularidades, repudiando quaisquer práticas excludentes de subjetivação.

Palavras-chave: Enfrentamento. Homofobia nas escolas. Ceilândia - DF.

ABSTRACT

The discuss englob forms to combat homophobia performed by teachers from a private school in Ceilândia/DF. The study was due to the growing number cases of violence to the diversity of gender and sexual orientation occurred at the institution and the region where the school is located. From an intervention research was observed that the actions taken by the educators helped in facing homophobic practices daily in schools. The study revealed the need to offer courses to orient teachers to work with homophobia; limited participation in the elaboration of the Pedagogical Political Project; estrangement from family and school community in promoting actions to LGBT citizenship and the influence of religion on attitudes held. Finally, research has shown the importance of discussing strategies for the promotion of citizenship with a focus on respect for sexual diversity and awareness of human rights for inclusive education, which will promote culture of peace and respect for others in their singularities repudiating any exclusionary practices of subjectivity.

Keywords: Coping. Homophobia at schools. Ceilândia – DF.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1.Objetivos.....	10
1.1.1. Geral.....	11
1.1.2. Específicos.....	11
1.2.Justificativa.....	11
2. METODOLOGIA.....	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1.Caracterizando a homofobia na escola.....	20
4.2.Ações de enfrentamento da homofobia.....	24
4.3.Desafios e superações.....	29
4.4.A vivência dos educadores e expectativas futuras.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

Em parceria com o Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade de Brasília – UnB e com o Núcleo de Atenção à Diversidade e Intolerância Sexual, Religiosa e Racial – NUDIN, ocorreram discussões sobre a situação da violência homofóbica e, com a participação em cursos oferecidos pelos Núcleos, verificou-se um aumento dos casos de intolerância e discriminação contra a população LGBT no Distrito Federal abarcando, também, casos de homofobia no âmbito escolar.

Pesquisas realizadas pelo projeto “Alteridade e violência: travestis e mulheres transexuais que se prostituem no Distrito Federal”¹ possibilitaram a criação da ANAV – TRANS – Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Distrito Federal e Entorno em 2009, permitindo uma maior aproximação com as variadas formas de exclusão e vulnerabilidade social sofrida por esta população.

A partir desse contato surgiu a necessidade em contribuir com estratégias e iniciativas que minimizassem a desagregação social do público LGBT. Assim, em 2010, com a apresentação² de uma pesquisa sobre travestilidade e dependência química, com ênfase nos Direitos Humanos e Diversidade de Gênero, foram discutidos os aspectos psicossociais associados à transfobia e o acolhimento das políticas de saúde para esse público após a introdução do uso do crack por travestis que se prostituem.

Entre 2011 e 2013, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, a partir de denúncias relativas às violações de direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, verificou-se um aumento significativo dessas violações contra a população LGBT no território nacional, enfatizando a necessidade em investir nas ações de assistência e políticas inclusivas para este público.

Ampliar o estudo referente à homofobia para o ambiente escolar objetiva repensar esse espaço social e representativo frente o seu potencial articulador nas expressões identitárias, de seu caráter acolhedor, das relações entre os sujeitos englobando suas trocas e aprendizados. O entusiasmo pela educação, especialmente por temas que envolvem os Direitos Humanos, é pela produção de conhecimento voltado para os problemas da

¹ Projeto intitulado “Mapeamento de travestis e mulheres transexuais em situação de prostituição no Distrito Federal”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Ondina Pena Pereira pela instituição executora Universidade Católica de Brasília – UCB, com início em março de 2008.

² Refiro-me ao Seminário de Psicologia ocorrido em 24 de agosto de 2011 na Universidade Católica de Brasília - UCB e o 9º Congresso Fazendo Gênero que ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, entre 23 a 26 de agosto de 2010.

contemporaneidade, principalmente aos que se referem à saúde, gênero e violência aos grupos abjetados socialmente.

Após um encontro realizado pela Elos³ em 2014, professores relataram casos de homofobia nas escolas, dentre eles o de um adolescente homossexual que há aproximadamente dois anos se suicidou por consequência das discriminações sofridas por ele tanto no ambiente escolar quanto na comunidade devido à sua identidade de gênero e orientação sexual.

Os educadores demonstraram enorme desconforto com o ocorrido e interpelações sobre as consequências da homofobia nas escolas. Esse relato proporcionou uma aproximação da Região⁴ em que o fato ocorreu bem como da instituição na qual o garoto estudou.

Buscando compreender como os educadores percebem e vivenciam a violência homofóbica no ambiente escolar, se estão abarcando a temática da diversidade e cidadania LGBT em sala de aula e o que ocorreu quando se depararam com situações homofóbicas nesse espaço, a pesquisa se propõe a identificar as estratégias utilizadas pelos educadores na conscientização sobre Direitos Humanos e o respeito às diversidades sexual e de gênero.

Dessa forma, colabora para uma investigação geradora de mudanças viáveis frente à problemática da homofobia nas escolas, afim de que a promoção da cidadania LGBT e o respeito ao outro possam ser trabalhados nesse espaço permeado por estas constantes trocas de experiências e saberes.

1.1. Objetivos

1.1.1. Geral

Identificar ações e vivências de educadores em uma escola particular localizada na cidade de Ceilândia- DF no enfrentamento da homofobia no ambiente escolar.

1.1.2. Específicos

- Caracterizar os tipos de violências apresentadas em relação à homofobia na escola;
- Apresentar as experiências dos educadores frente às atitudes homofóbicas no cotidiano escolar;

³ Em 2008, a ONG Elos LGBT/DF foi instituída e registrada oficialmente de acordo com a legislação brasileira. A partir desse momento, segue com ações e atividades a fim de políticas públicas afirmativas e efetivas à população LGBT no âmbito do Distrito Federal e região do Entorno (Disponível em <<http://www.eloslgbt.org.br>>. Acesso em 26 ago. 2015).

⁴ Refiro-me à Ceilândia/DF, cidade localizada há aproximadamente 30 quilômetros da região central de Brasília/DF.

- Identificar ações realizadas para a promoção dos Direitos Humanos com foco na cidadania LGBT;
- Compreender os desafios e/ou dificuldades dos educadores vinculadas às questões sobre homofobia.

1.2. Justificativa

Casos de homofobia têm sido acompanhados pelos movimentos LGBT's em todo Brasil, de acordo com o Relatório Sobre Violência Homofóbica (BRASIL, 2013) houve um aumento de 166% no país em relação ao ano anterior. No Distrito Federal, o mesmo estudo aponta o registro de 411 violações, 239 noticiadas sendo 3 delas de homicídio. Apesar dos dados serem alarmantes, a situação se apresenta de forma mais velada devido à invisibilidade dessas populações e, conseqüentemente, dos crimes.

O discurso homofóbico, ou seja, a discriminação contra pessoas devido à orientação sexual e identidade de gênero⁵, cria um repúdio ao outro manifestado, muitas vezes, em atos violentos e sexistas. Segundo Diniz e Lionço (2008), a homofobia seria uma manifestação opressiva e discriminativa das práticas não heterossexuais ou de “expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos do masculino e feminino” (p. 312).

O interesse em investigar a homofobia no ambiente escolar se deve pela concepção de que a reprodução da violência na escola se dá principalmente pelas relações sociais/interpessoais (ANDRADE, 2009) que ocorrem nesse ambiente. Por isso, é a partir dessa relação professor-aluno, das vivências dos educadores frente à problemática, da importância em se valorizar a diversidade e potencializar uma prática pedagógica emancipadora e cidadã que o estudo se torna relevante.

A sociedade espera que os indivíduos de um determinado sexo apresentem comportamentos considerados como corretos dentro desse contexto. Isso não seria diferente no cotidiano escolar, permeado por valores e normas que reproduzem parâmetros heterossexistas que, segundo Wagner (1993) apud Junqueira (2011, p. 2) são “um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão”.

⁵ Compreende-se a orientação sexual, de acordo com os Princípios de Yogyakarta (CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V., 2007, P. 7), como “uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” e identidade de gênero como sendo uma “profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos”.

Deve ser levado em consideração que os papéis sociais estão em constante transformação e que o sistema simbólico que embasa essas perspectivas coloca algumas pessoas na invisibilidade e abjetados socialmente. A diferença cultural, segundo Furlani (2007), depende dos processos de exclusão, de categorização e de variados fatores que definem um conjunto de aspectos problematizadores, incluindo o da homofobia.

Dentro desse processo de subjetivação o abjeto engloba mais do que o gênero dos corpos, mas os espaços que habitam, seus valores, os papéis que desempenham na sociedade etc. Dessa forma, o “reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade” (BRANDÃO, 1986, p. 7 apud FRAYZE-PEREIRA, 1994, p. 11) que, de acordo com Rolnik (1995, p. 5),

É uma abertura que depende da capacidade de suportarmos o fato de que não somos apenas um corpo que funciona isoladamente, uma individualidade igual a si mesma - em suma, uma identidade na qual nos reconhecemos -, mas que para além dessa individualidade somos também um permanente processo de subjetivação, um permanente devir-outro, em que mudam os contornos do campo em que nos reconhecemos.

Dar visibilidade à diversidade de gênero é uma atitude política que também precisa estar presente no ambiente escolar, pois pode influenciar no reconhecimento do outro em suas singularidades, diminuindo possíveis práticas excludentes de subjetivação. Michel Foucault (1993) traz uma noção de discurso que caracteriza as instituições, dentre elas a pedagógica; suas epistemes e sentenças, como por exemplo, a do machismo, sexismo, homofobia, dentre outros.

Essa heteronormatividade assenta os indivíduos em uma posição de não importância e não legitimação retratando uma constante reafirmação como condição de sujeito, na qual os que “situam-se fora da norma serão igualadas/os na condição de não-sujeitos” (MACDOWELL, 2008, p. 4).

Após o relato de uma professora acerca de uma situação de homofobia presenciada na escola em que trabalhava, surgiu a necessidade em compreender como estes profissionais lidam com situações similares e se estão conseguindo realizar ações de enfrentamento à violência dando ênfase aos Direitos Humanos e promoção da cidadania LGBT.

Percebendo que os processos educativos se pautam na cidadania ativa, onde o compromisso social, principalmente o da escola e de seus educadores deve ser pautado no respeito às diversidades e no enfrentamento das práticas homofóbicas; cabe a realização de estudos que promovam o debate sobre a manutenção da cultura de paz no ambiente escolar e a

construção discursiva dos saberes, colaborando para um ambiente escolar saudável e democrático.

METODOLOGIA

Foi utilizada a metodologia investigativa, onde “sua ação crítica e implicativa, amplia as condições de um trabalho compartilhado” (ROCHA, 2003, p. 8). Na abordagem qualitativa, o estudo de caso, de acordo com Ventura (2007), é uma modalidade metodológica que pode surgir de um caso único e singular – unidade – ou a partir de vários indivíduos – múltiplo.

A partir de um caso coletivo, pois mais de uma situação foi verificada, sugerindo uma exploração detalhada e com fontes variadas de informações (BRUNS e HOLANDA, 2001), a proposta metodológica se tornou valorativa para o desenvolvimento do trabalho, pois objetivou investigar estratégias transformadoras da realidade presenciada pelos educadores ao enfrentar a homofobia no ambiente escolar.

A pesquisa envolveu uma instituição de ensino particular que há vinte anos atua em educação para o Ensino Fundamental e Médio. A escola atende cerca de 850 alunos nos períodos matutino e vespertino, sendo 520 nas Fases I (1º ao 5º ano) e II (6º ao 9º ano) e 330 no Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano) aproximadamente. Conta com professores graduados em nível superior sendo alguns com especialização. Dos 63 professores, 16 se distribuem na Fase I, sendo 8 em cada turno, 26 na Fase II e 21 no Ensino Médio.

A escola foi escolhida por ter apresentado situações homofóbicas em seu cotidiano, o que contribuiu para que o objetivo do estudo em averiguar a questão do enfrentamento à homofobia no ambiente escolar pudesse ser alcançado. O corpo docente foi bastante receptivo e colocaram-se à disposição para esclarecer dúvidas e oferecer suporte para a realização da pesquisa.

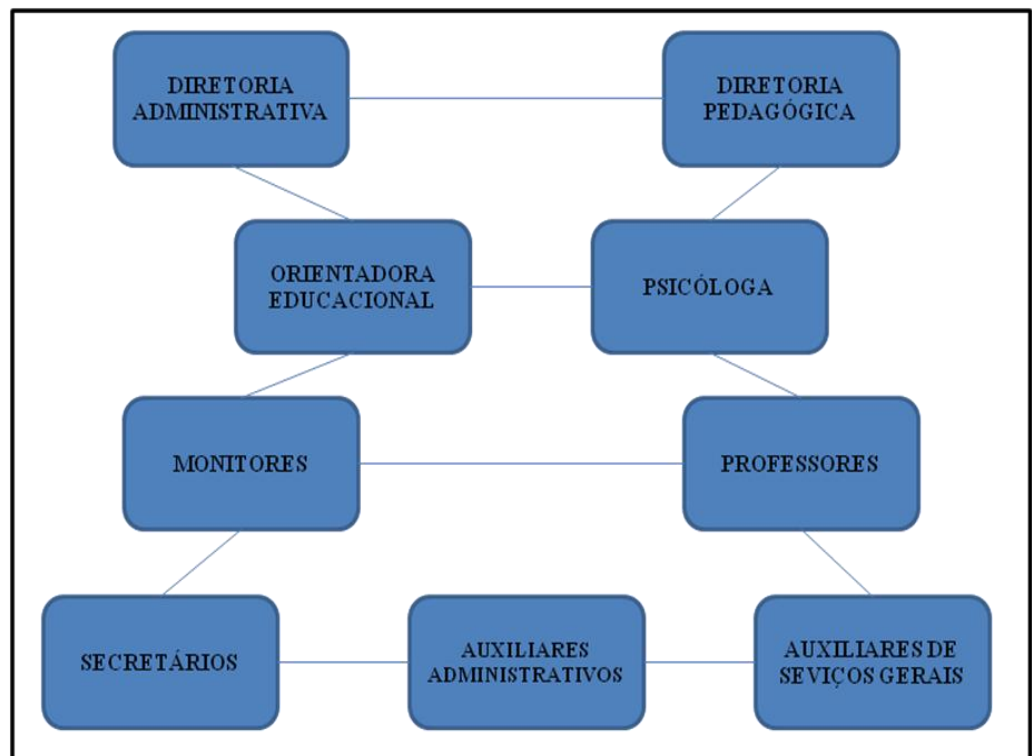
A instituição iniciou suas atividades em 1995, possui atualmente uma estrutura física ampla dividida em dois blocos com três andares, vinte e cinco salas de aula, onze banheiros, refeitório e duas quadras poliesportivas. Outro fator importante é que a escola tem um viés religioso, constando uma disciplina voltada para esse ensino, o que demonstra um aspecto cultural relevante na investigação, pois subsidia reflexões acerca da influência religiosa (ou não) nas ações de combate à homofobia no cenário escolar.

Baseada em uma abordagem construtivista, os trabalhos desenvolvidos na escola visam contribuir para uma atitude reflexiva, ativa e transformadora da realidade,

utilizando as Bases Curriculares Nacionais e Temas Transversais como parâmetros. Os princípios dos Direitos Humanos são pautados pela filosofia institucional, onde a consciência pacífica é umas das principais prerrogativas de sua Proposta Pedagógica.

Além dos conteúdos básicos, contempla atividades extracurriculares como aulas de música, dança, educação financeira, empreendedorismo, robótica, xadrez, dentre outras. Sua organização, segundo informado pela secretaria da escola, segue de acordo com a Figura I:

Figura I - Organograma da instituição.



Fonte: Produção da própria autora.

A instituição se localiza em Ceilândia⁶, a 24 quilômetros de distância do Plano Piloto, ocupando mais de 230 quilômetros quadrados e compreendendo em torno de 18% da população do Distrito Federal (ver Figura II). A cidade tem 44 anos e surgiu em 1971 a partir da criação da Campanha de Erradicação das Invasões – CEI que transferiu cerca de 80 mil moradores das invasões próximas ao centro da capital para um “assentamento”.

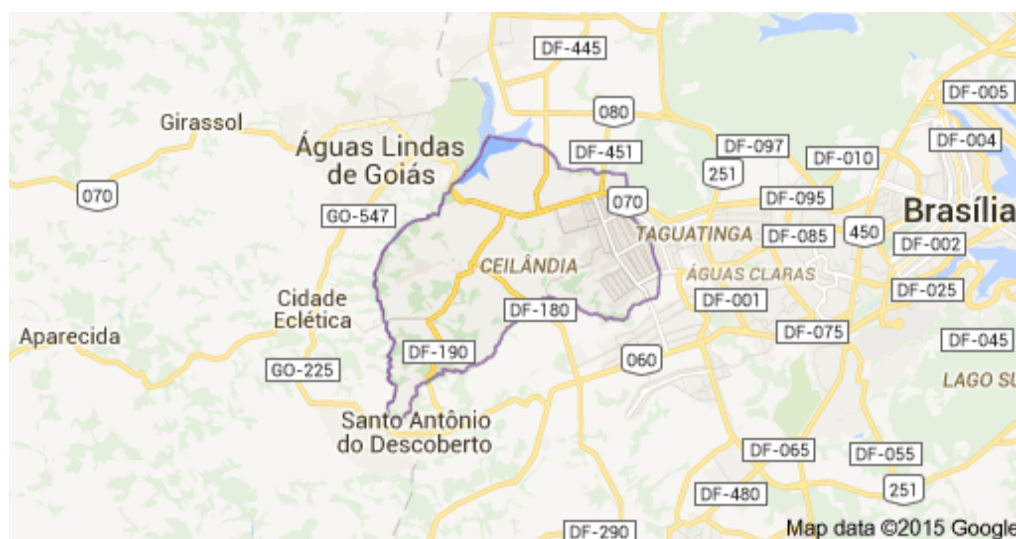
Atualmente, é considerada como a maior cidade do Distrito Federal com mais de 398 mil habitantes⁷, emprega metade de sua população economicamente ativa e é

⁶Conhecida como a IX Região Administrativa do DF.

⁷ Disponível em: <<http://www.ceilandia.df.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

responsável por um quarto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) recolhida pelo GDF.

Figura II - Mapa de Ceilândia/ DF.



Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place/Ceil%C3%A2ndia,+Bras%C3%ADlia++DF/data=!4m2!3m1!1s0x935bceef0979b2ab:0xcca29259f34367e5?sa=X&ved=0CBsQ8gEwAGoVC hMIqK3okPX8yAIVh5KQCh0VVgUH>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Participaram do levantamento de dados três educadoras da instituição, sendo duas mulheres e um homem, com idades entre 29 e 45 anos, que lecionam em séries do Ensino Fundamental da Fase II (do 6º ao 9º ano) e Médio (do 1º ao 3º ano) há mais de cinco anos. As professoras⁸ são pós-graduadas e lecionam as disciplinas de história/atualidades, artes cênicas e geografia, além disso, fazem parte da coordenação pedagógica oferecendo apoio aos pais e alunos em horário contrário às aulas, cada um atende, em média, 500 alunos.

As interlocutoras foram escolhidas por terem vivenciado a violência homofóbica na escola em algum momento de sua atuação. As entrevistas foram individuais, com duração de aproximadamente uma hora, realizadas na própria instituição de ensino em dias alternados. “A entrevista pode oferecer dados para comparar evidências coletadas com outras fontes a fim de ampliar a confiabilidade do estudo, além de oferecer diferentes olhares sobre o evento” (DEUS, 2010, p. 7).

O cronograma para levantamento dos dados envolveu as seguintes etapas:

- Apresentação da proposta de trabalho para a instituição;
- Solicitação da participação das professoras;

⁸ Para preservar suas identidades, nomes fictícios serão utilizados ao descrevê-las no decorrer do trabalho. É importante destacar que apenas um entrevistado era do sexo masculino, por isso optei por utilizar a referência no feminino para apresentar as entrevistas.

- Agendamento das entrevistas;
- Aplicação do questionário;

O questionário, aplicado com o consentimento das entrevistadas, foi dividido em suas partes. A primeira se refere aos dados pessoais e de identificação das educadoras, incluindo idade, tempo na instituição, disciplinas lecionadas, formação acadêmica, dentre outros. A segunda consiste em doze perguntas distribuídas em cinco eixos temáticos, de acordo com a Figura III.

Figura III – Temas abordados no questionário.

	EIXO I	EIXO II	EIXO III	EIXO IV	EIXO V
TEMA (S) PRINCIPAL (IS)	Conhecimentos sobre a temática da homofobia; Identificação da violência em sala de aula.	Atividades e ações de enfrentamento realizadas pelo educador em sala de aula e na escola;	Percepções sobre como a escola trabalha com a temática; Como os docentes se capacitam para combater a violência.	Vivência dos educadores.	Desafios e sugestões para atuar no enfrentamento da homofobia na instituição.

Fonte: Produção da própria autora.

As entrevistas foram gravadas em aparelho celular e tiveram seus conteúdos transcritos. A análise dos dados buscou identificar na rotina de trabalho dessas profissionais, seus programas, campanhas e políticas de inclusão direcionadas para a promoção do respeito ao outro, bem como quais as dificuldades encontradas durante a trajetória das educadoras no combate à homofobia considerando suas vivências e percepções concernentes ao tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

O cotidiano escolar apresenta situações de aprendizagens que envolvem o compartilhamento de saberes a partir da troca significativa das experiências entre os sujeitos envolvidos. Os Direitos Humanos inseridos de forma transversal nas práticas pedagógicas proporcionam que, de maneira reflexiva, crítica e ativa as realidades socioculturais sejam democratizadas e dialogadas.

O processo de ensino-aprendizagem precisa ser veiculado de forma bidirecional, considerando os valores, significados e ressignificados dessas interações. Dias

(2010) afirma que para a construção de uma cultura de direitos é importante que a educação seja humanizadora, problematizadora e pautada nos paradigmas dos Direitos Humanos.

Pozzer (2013, p. 4) articula que “a prática educativa emancipatória precisa ser identificada e vivenciada nos tempos e espaços de formação”. Assim, para que a dignidade seja reconhecida deve-se compreender que a educação perpassa uma formação integral, englobando as relações sociais, culturais e os espaços onde elas se organizam e se constroem. Tavares (2007) acrescenta que a diversidade cultural e suas pluralidades permeiam a educação no sentido de conscientizar o respeito ao outro em sua alteridade.

Considerando a educação como um processo de construção do conhecimento e parte primordial na constituição dos sujeitos, compreende-se a importância em investir no aprendizado voltado para a formação cidadã em meio às diversidades culturais presentes na sociedade. Charlot (2006) enfatiza que a educação é caracterizada por um processo triplo e indissociável de “humanização, socialização e entrada numa cultura, singularização-subjetivação” (p. 15).

Dessa forma, por proporcionar um espaço para dialogar sobre as diferentes singularidades, experiências e saberes, a escola insere o indivíduo em um processo de socialização e cidadania, a partir da garantia ao direito à aprendizagem e à cultura. Junqueira (2012) afirma ainda que o cotidiano escolar também revela práticas e processos sociais que configuram a produção de diferenças, marginalizações e exclusões.

Com relação ao público LGBT, Berenice Bento (2006) descreve a escola como um espaço de terror devido aos preconceitos diversos que transexuais se submetem, pois muitos chegam a se afastar e/ou abandonar os estudos por causa da pressão emocional que sofrem. Junqueira (2012) acrescenta ainda que:

[...] tal regime de controle compõe um cenário de estresse, intimidação, assédio, agressões, não-acolhimento e desqualificação permanentes, nos quais estudantes homossexuais e transgêneros são frequentemente levados/as a incorporar a necessidade de apresentar um desempenho escolar irrepreensível, acima da média [...] (p. 12).

Estudos realizados por Castro, Abramovay e Silva (2004) apontam essa rejeição à homossexualidade nas escolas brasileiras. Os dados revelam um silenciamento frente à homofobia, além da reprodução dessa violência por parte dos próprios professores. Bortolini (2008) cita que a escola ocupa o terceiro lugar onde os homossexuais sofrem (ram) discriminação. Isso indica uma necessidade de ações promotoras do respeito à paz e a não-discriminação no ambiente escolar.

A partir das discussões acerca dos Direitos Humanos, incluindo o Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT (BRASIL, 2009, p. 10) cujo objetivo é orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, da assinatura dos Princípios de Yogyakarta (CORRÊA; FREITAS, 2007) referentes à aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero o Governo tem mostrado comprometimento frente à emergência da promoção da cidadania LGBT (SOUZA, 2010).

O Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004) em uma de suas ações enfatiza especificamente o direito à educação pautadas no respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual:

Esse programa possui como princípios: a inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos Direitos Humanos LGBT, nas políticas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas por seus diferentes Ministérios e Secretarias; a produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o seguimento LGBT em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta; a reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos Direitos Humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos Direitos Humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (p. 11-12).

Considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997) que, de forma transversal ao programa curricular no ensino fundamental, incluem a orientação sexual, nota-se que ainda predomina um caráter normatizador das instituições de ensino. Este documento prioriza o processo de democratização, mas é apenas uma referência a ser seguida e não uma diretriz obrigatória.

Um dos campos onde há um embate entre posições normatizadoras da sexualidade e aquelas que buscam se apropriar deste espaço para justamente questionar os códigos normativos relacionados ao gênero e a sexualidade é o da orientação sexual nas escolas, incluída em 1998 como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em nosso país (GARCIA, 2009, p. 7).

Existem muitos entraves para a que o preconceito de gênero e sexual seja contemplado no ambiente escolar. Rocha (2012, p. 3) indica que estas barreiras englobam um “nível macro (políticos, sociais, econômicos) e nível micro (questões morais, religiosas, família)”. Apesar disso, a escola possui respaldo para discutir sobre a diversidade afetivo-sexual, o que gera possibilidades para que as diferentes expressões da sexualidade possam ser respeitadas.

Recentemente alguns Estados brasileiros retiraram de seus Planos Estaduais de Educação referências à identidade de gênero, diversidade e orientação sexual devido às pressões religiosas políticas e institucionais. O Distrito Federal foi um dos Estados que eliminou a discussão sobre gênero, seguindo a corrente de que tais assuntos ao serem trabalhados em sala de aula desconstruem o modelo tradicional de família ou vão além da capacidade da compreensão dos jovens, que devem receber esse tipo de orientação da família, já que esse papel, segundo essa corrente, não deve ser desempenhado pela escola.

Por outro lado, existem movimentos que criticam e tentam trazer a importância em se discutir sobre esses temas na escola, pois consideram-na como um dos espaços em que o preconceito deve ser enfrentado. Esses grupos defendem que tratar sobre a temática não é um incentivo aos jovens serem homossexuais, mas que os ajudarão a promover uma cultura social de respeito às subjetividades.

Nota-se que nesse embate, professores e alunos são vistos de maneira pouco ativa, pois apesar da escola ser um dos espaços privilegiados para a promoção dos Direitos Humanos, ela não é e nem pode ser o único. De acordo com Pozzer (2013), cabe verificar os impasses para escola lidar com a pluralidade e as diferenças.

O perigo reside na simples reprodução padronizante de formas de ser, pensar e agir, não possibilitando a contextualização para a devida significação para um processo formativo, que implica considerar as perspectivas éticas, morais, estéticas e cognitivas. Parece ser mais cômodo o padronizante que a descontextualização e recontextualização, pois o diferente pode gerar conflito, insegurança, perdas. É exigência, novidade, formação (p. 20).

Pesquisa realizada por Meyer e Borges (2008) demonstrou que os professores têm dificuldades para trabalhar o assunto em sala de aula evidenciando um recuo por parte da escola em se responsabilizar pela discussão. Prefere se abster e não intervir. De acordo com os autores, de um modo geral, os entrevistados:

Queixaram-se da falta de material didático para abordar o tema da sexualidade de forma transversal, mas também de sua própria falta de preparo para tratar a sexualidade em suas salas de aula, pela ausência desse tema em suas formações enquanto professoras. Os depoimentos mostraram também o receio de que abordar o tema da diversidade sexual sirva de estímulo e contage uma sexualidade não normativa (p. 11).

Junqueira (2012) contribuiu para uma análise referente à heteronormatividade produzida e reproduzida na escola. Segundo o autor, ela está na ordem do currículo, além disso, os indivíduos que, “de algum modo, escapam da sequência heteronormativa e não conseguem ocultá-la, arriscam-se a serem postos à margem das preocupações centrais de uma educação supostamente para todos/as” (BUTLER, 1999, apud JUNQUEIRA, 2012, p. 8).

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) traz em suas diretrizes a erradicação de todas as formas de discriminação, entretanto, com as influências religiosas e a predominância da heteronorma, torna-se desafiador abarcar uma melhoria na qualidade da educação e um trabalho voltado para a cidadania ao desconsiderar a importância da temática das identidades de gênero no currículo escolar.

Aprender sobre as experiências e pontos de vista no processo de ensino-aprendizagem abarcando o respeito ao outro, o repúdio às práticas de discriminação e violência em virtude da orientação afetivo-sexual e identidade de gênero é primordial para a garantia de uma educação conscientizadora, que preconiza o respeito às diversidades.

Envolvidas pelo preconceito social, as questões relativas a gênero, à diversidade de orientação sexual e à questão racial, são, em geral, tratadas superficialmente. Quando apontadas no currículo, que também é um elemento ideológico, fruto do pensamento patriarcal, referenda a supremacia do “eu referente”: homem, branco e heterossexual (COSTA, et al., 2013, p. 4).

Assim, apreciando as políticas públicas LGBT e o fenômeno do sexismo, o trabalho busca apresentar formas de combate às práticas discriminatórias relativas à identidade de gênero e orientação afetivo-sexual, sob um olhar das educadoras, considerando suas vivências durante as atividades desenvolvidas e/ou situações de violência homofóbica presenciadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterizando a homofobia na escola

De forma geral, as educadoras compreendem o conceito de homofobia como uma violência contra a identidade de gênero e orientação sexual, além disso, relataram que a partir do momento em que tal violência se apresenta em sala de aula, se sentem incomodadas e desconfortáveis.

Segundo a professora Isabela⁹, a homofobia parte do desrespeito às diversidades sexuais e a não aceitação caracterizada explicitamente, enfatiza que “toda diversidade sexual, a partir do momento que ela não é aceita [...] isso pra mim é homofobia e é claramente uma forma triste de violência”.

No relatório da UNESCO o termo homofobia se refere ao tratamento preconceituoso e à discriminação contra as sexualidades consideradas não hegemônicas

⁹ Isabela, 40 anos, é formada e pós-graduada em Sociologia e atua na instituição há 5 anos, ministrando aulas para o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio (1º, 2º e 3º anos), nos períodos matutino e vespertino.

(CASTRO; ABROMOVAY; SILVA, 2004). Tal violência fere a dignidade e reforça a heteronormatividade nas relações entre sujeitos que não se identificam com a concepção binária de gênero.

Essa modalidade de violência nem sempre ocorre de forma clara, como foi colocado pela professora, mas pode se apresentar sutilmente. É comum que ao se questionar sobre o preconceito ao público LGBT, pessoas se considerem contra os atos violentos e discriminatórios, contudo ao se aprofundar na questão, percebe-se o desejo em não se aproximar.

Atos homofóbicos podem traduzir-se em situações limites, como agressões físicas e homicídios, mas desvelam-se em formas mais sutis, como as de violência velada (simbólica), ou seja, através de piadas, brincadeiras jocosas ou mesmo comentários e insinuações de desejo de afastamento de pessoas reconhecidas como homossexuais (BORGES et al, 2011, p. 26).

As entrevistadas relataram que a homofobia é bastante comum no ambiente escolar, sendo caracterizada principalmente pelas piadas e brincadeiras de mau gosto, conforme no relato:

Carolina¹⁰: “[...] quando se quer diminuir o outro basta chamar de viado e pronto. Se a garota não quer ser patricinha ela não gosta de homem, se ela gosta de jogar bola é masculinizada. Tudo é motivo de piada, deboche e xingamento. Isso acontece praticamente todos os dias. Infelizmente”.

A sala de aula, vista como um espaço para o exercício da cidadania deve promover uma participação responsável desses alunos e abarcar novas ideias para reelaboração dos conflitos. O surgimento de atitudes “erradas” é fonte enriquecedora para debates e discussões na construção do conhecimento. O exercício da cidadania se torna viável a partir do reconhecimento do outro considerando sua inserção no ambiente social e o contexto apresentado.

Tanto a agressão física quanto a simbólica quando ocorrem no espaço escolar, potencializam para que outras formas de violência surjam, inclusive pelos familiares, vizinhos e demais instituições. Isso ocorre porque muitas vezes essas agressões são consideradas sem gravidade, ignoradas e até toleradas por serem vistas como brincadeiras. “Não vejo algumas brincadeiras como graves ou preconceituosas demais, mas se a gente não intervir pode ficar pior e ir até para agressão física” (Carolina).

¹⁰ Carolina tem 45 anos, é formada em Artes Cênicas com pós-graduação em Artes Visuais. Há 6 anos é responsável pelas disciplinas de artes cênicas na instituição aos alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

Luciano¹¹ e Carolina relataram que é mais comum a violência verbal, contudo indicaram um caso de agressão física entre dois adolescentes em sala de aula por causa da orientação sexual de um dos alunos envolvidos. Disseram que a agressão se deu por meio de chutes, socos, tapas e empurrões, além da violência psicológica, caracterizada pelas ofensas, xingamentos e palavras de baixo calão.

As professoras reconhecem que tais brincadeiras fazem parte da rotina de sala de aula e das relações entre os estudantes, por isso, cabe reforçar a necessidade em compreender e identificar o surgimento dessas situações homofóbicas. De acordo com Junqueira (2009), restringir a educação no debate para a diversidade sexual limita a constituição do sujeito à sua orientação sexual.

[...] muitas discriminações e brincadeiras em torno dos que são ou parecem ser homossexuais são geralmente ignoradas, porque há uma dificuldade no ambiente escolar para definir o que é uma situação homofóbica. O que é homofobia pra uns é apenas brincadeira para outros. Aí reside um dos problemas do conceito; se não houver agressão física extrema que ameace a vida de alguém, o resto parece ser tolerado como uma brincadeira normal dos adolescentes. A questão parece ser sobre esse limite do que é ou não aceitável (BORGES et al, 2011, p. 33).

Em meados de 2012, houve o caso de um adolescente da comunidade que poucos meses após sair do quadro de alunos da escola se suicidou em sua residência. Segundo os relatos, acredita-se que o ato ocorreu devido aos conflitos internos relacionados à sexualidade da vítima, que apresentava isolamento social, sofria Bullying¹² homofóbico e discriminações da vizinhança.

Isabela: “o caso do garoto sabe, o que se matou. Ninguém comentou nada na escola. Era como se ele nunca tivesse existido por aqui [...] ele estava naquela fase de descoberta, talvez nem fosse gay de verdade”.

Luciano: “eu fiquei sabendo depois porque foi no final de semana [...] o pessoal sacaneava muito com ele, humilhava [...] a molecada ficou ressentida, com peso na consciência [...] isso foi bom pra eles aprenderem a respeitar os outros porque só Deus sabe o dia de amanhã”.

Estudos apontam que adolescentes transgêneros, gays e lésbicas têm mais probabilidade de cometer suicídio do que os adolescentes heterossexuais. Junqueira (2009)

¹¹ Luciano é professor de história e atualidades e com 29 anos, é o interlocutor mais jovem, porém com 6 anos atuando na instituição. É formado em História com especialização na área e nos dois turnos escolares leciona para turmas a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

¹² Entende-se por Bullying “o desejo consciente e deliberado de maltratar uma outra pessoa e colocá-la sob tensão; termo que conceitua os comportamentos agressivos anti-sociais, utilizado pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar” (FANTE, 2005, p. 27 apud JUNQUEIRA, 2009, p. 160).

pontua que o fato ocorre devido a não-inserção nos padrões hegemônicos geradores de pressões (internas e sociais):

Sabemos, portanto, que gays, lésbicas e transgêneros não apenas têm menos direitos do que os indivíduos heterossexuais, mas que também estão mais sujeitos à violência, à discriminação e ao preconceito em diversos âmbitos da vida social, tanto na vida adulta quanto na infância e na juventude (p. 161).

Muitos indivíduos que não se enquadram nesse padrão imposto como “ideal de comportamento” estão sujeitos a situações de violência. As consequências para o público LGBT são de não pertencimento ao grupo (hegemonicamente heterossexual) o que pode causar afastamento e evasão escolar.

Segundo Meyer e Borges (2008), é na escola que se origina e/ou acontece a maioria das situações de homofobia. Os autores defendem que a sociedade está despreparada para minimizar os efeitos dessas violações no ambiente escolar, bem como que essa discriminação não advém somente entre os alunos, mas, também, de forma assimétrica, oriundas dos que deveriam proteger e zelar pelos alunos, ou seja, professores e demais funcionários da instituição. Junqueira (2009) complementa que devido às discriminações sofridas as vítimas se sentem emocionalmente afetadas e chegaram a abandonar os estudos.

Há necessidade da escola se posicionar de forma mais talhante no enfrentamento da homofobia. As professoras se sentem “despreparadas para falar sobre homofobia [...] fica todo mundo assustado e sem saber o que é melhor ser feito” (Isabela). De acordo com os relatos, elas não souberam dos resultados e ações realizadas pela instituição após os acontecimentos.

Isso autentica ainda uma maneira tradicional de manter a ordem na instituição, ou seja, quando o professor não age ele encaminha para a direção resolver o problema, se eximindo do acompanhamento do processo e, principalmente, da elaboração de estratégias para resolução do conflito. Em outro ocorrido, Luciano disse que “os dois foram para a direção. Aí chamaram os pais [...] depois eu não fiquei sabendo da medida adotada, não foi comentado nada a respeito. [...]. Só sei que após uma semana o aluno homossexual foi para manhã”.

É necessário que a escola programe políticas que possibilitem a disseminação de conhecimento sobre as sexualidades de forma mais abrangente, pautadas na qualidade das informações (JUNQUEIRA, 2009). Além disso, o educador precisa ter uma atitude ativa, o que não ocorreu quando tais situações foram presenciadas. Assim, para construir uma

educação inclusiva é necessário desconstruir os estereótipos heteronormativos e propor uma discussão abrangente sobre a diversidade sexual e de gênero.

Aos educadores e comunidade escolar cabe a reflexão sobre a melhoria na qualidade da educação garantindo que os Direitos Humanos sejam a base para o enfrentamento de situações homofóbicas em sala de aula e não a perpetuação da invisibilidade dos fatos, condicionando o público LGBT na abjeção.

4.2. Ações de enfrentamento da homofobia

A escola possui um programa multidisciplinar que, neste ano, envolveu a temática central sobre Bullying. Essa proposta foi apresentada aos professores pela direção, dando-lhes a liberdade em estruturar os temas paralelos a serem trabalhados no decorrer do ano.

O resultado foi que a questão da homofobia foi colocada de forma transversal, pouco aprofundada ou não comentada por alguns educadores da instituição. As entrevistadas relataram que quando a temática foi sugerida, houve resistência por parte de alguns professores por considerarem o assunto irrelevante, não compatível com algumas disciplinas em que lecionavam e que deveria ser abordado por matérias específicas.

Apesar de estar inclusa nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), temas relacionados ao gênero, sexualidade e orientação ainda não são aceitos pela comunidade escolar. Para Ribeiro, Souza e Souza (2004) apud Garcia (2009), os discursos sobre sexualidade ainda são evitados e, na maioria das vezes, abordados por uma linguagem científica, desconsiderando as vivências e discursos das crianças e adolescentes.

De acordo com os relatos, criou-se uma oposição dos educadores das matérias de exatas principalmente, pois defendiam que não haveria espaço para esse tipo de discussão dentro do conteúdo. “A gente falou sobre respeitar o outro e tal, mas foi muito pouco [...] tinha professor que achava um absurdo perder tempo com isso, que esse assunto já estava cansativo e que não ia mexer com isso” (Isabela).

A sexualidade precisa ser trabalhada na escola por fazer parte significativa da constituição dos sujeitos. Rocha (2012) enfatiza que, mesmo de forma transversal, a orientação sexual sendo trabalhada entre as disciplinas possibilita que a diversidade sexual e os Direitos Humanos sejam apreciados.

Com alusão ao preconceito às identidades de gênero, ainda não se estabeleceu uma discussão contínua e que abarque de forma afetiva o respeito ao outro. Os estudos mostram que as escolas não estão preparadas para oferecer condições favoráveis para discutir

a temática da homofobia, além disso, é tratada de forma distanciada da cultura escolar, não recebendo o respaldo das políticas educacionais como deveriam (JUNQUEIRA, 2009).

Verificou-se que, o interesse em conhecer sobre o tema partiu pela busca individual das educadoras. Luciano relatou que “cada um tem que ir buscar informações em cada área [...] e não é um projeto do professor, mas da escola, só que a gente tem que se virar pra conhecer sobre o assunto”.

A escola dentro desse projeto multidisciplinar articulou palestras que, de forma paralela, comentaram sobre homofobia, o que gerou curiosidade e interesse pelos alunos em discutir sobre o tema em sala de aula. “Mesmo, mostrando que é um tipo de Bullying [...] quando incluímos a homofobia eles estavam bem participativos e falaram de muitas situações que antes a escola não dava muita importância ou nem sabia” (Luciano).

Por menor que tenha sido a abertura da escola para discutir sobre a temática, tal movimento gerou um aumento da procura de apoio na coordenação por parte dos alunos, que buscaram desabafar sobre as discriminações sofridas ou presenciadas por eles.

De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), o combate à violência nas escolas deve ser realizado a partir da capacitação dos educadores para que possam adotar providências adequadas que favoreçam a construção da Cultura de Paz no ambiente escolar, além de oferecer o acolhimento necessário às vítimas de violência.

A partir dos casos de homofobia na instituição, a orientadora pedagógica se dispôs a conversar sobre o assunto com os alunos, mas isso ocorreu apenas na turma onde a situação de violência física se apresentou, não expandindo às demais séries. As educadoras consideraram a atitude como positiva, pois “às vezes a gente pensa que falando para um maior número de pessoas pode combater, mas nesse aspecto eu concordo com ela, não pode espalhar o que às vezes é desnecessário” (Isabela).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a escola tem como objetivo formar cidadãos e desenvolver suas competências de modo que suas práticas estejam pautadas em uma construção planejada que ofereça condições do indivíduo compreender a realidade de forma crítica:

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (p. 33).

Luciano relata que quando os professores percebem que existe a possibilidade de um aluno ser homossexual, por exemplo, e que isso tem causado algum prejuízo, de acordo com suas avaliações pessoais, este aluno é convidado a conversar com o conselheiro, pois “às vezes nem o próprio aluno sabe o que está acontecendo [...] nessa fase são muitas mudanças, muitas cobranças [...] acho que a escola tá bem preparada nesse sentido. Ela não dá muito ibope, mas também não ignora”.

Valeria então ressaltar a existência plural, dinâmica, porosa e multifacetada de masculinidades e feminilidades. No entanto, ao percorrer as escolas, notamos facilmente a intensa *generificação* dos seus espaços e de suas práticas, e o quanto as fronteiras de gênero são obsessiva e binariamente demarcadas. Atividades, objetos, saberes, atitudes, espaços, jogos, cores que poderiam ser indistintamente atribuídos a meninos e a meninas tornam-se, arbitrária e binariamente, masculinos ou femininos. São generificados e transformados em elementos de distinção, classificação e hierarquização. A distribuição tende a ser binária e biunívoca, e os critérios podem ser improvisados e imediatamente assumidos como naturais. A criatividade é facilmente posta a serviço da heteronormatividade. (JUNQUEIRA, 2011, P. 8)

Carolina tem um posicionamento mais crítico quanto às ações adotadas pela instituição e considera que a escola não está preocupada em se abrir para o assunto de forma mais aprofundada. Essa postura demonstra que a discussão sobre homofobia deve ser estendida às demais turmas, pois os casos não são isolados e as dúvidas também partem de um grupo mais amplo de estudantes. Segundo a professora:

“corrigir os alunos e aplicar as medidas [...] eu particularmente não concordei. Não é assim que se resolve, é com educação, com conscientização de que isso é errado e não pode acontecer nem aqui nem em lugar algum. Imagine quando essas crianças forem pra universidade, tiverem em festas, viajarem pelo mundo e encontrarem duas mulheres se beijando. Eles vão fazer o que, bater? Então a solução é, afasta eles pra não acontecer mais? O certo é conviverem todos com respeito e pacificamente”.

Com relação às atuações individuais, todas as educadoras realizaram atividades voltadas para discussão sobre diversidade sexual. Nas aulas de história e atualidades o assunto é abordado trazendo uma correlação histórica dos fatos oportunizando que alguns tabus referentes às formas de expressão de sexualidade, concepção de família e relações sociais possam ser desmistificadas. Contudo ainda existe uma resistência em falar abertamente sobre homofobia para as séries iniciais.

O respeito à diversidade é elemento imprescindível para se garantir a formação para a cidadania e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, em favor de cada pessoa. No entanto, historicamente, por não percebê-lo, a sociedade brasileira vem perdendo preciosas chances de se tornar desenvolvida, soberana, justa, solidária e,

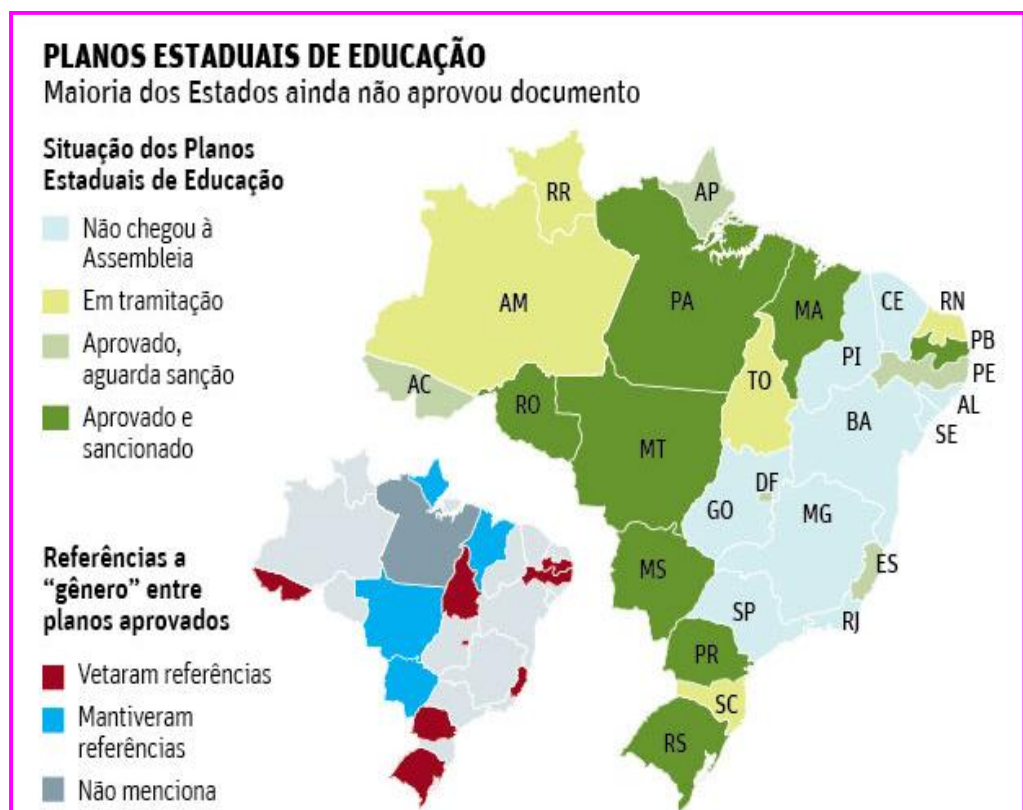
inclusive, ecologicamente consciente. Assim, com inquietante frequência, negligencia que, no campo da educação escolar, o convívio direto entre pessoas diferentes enseja oportunidades de aprendizado e de crescimento, pois as diversidades/diferenças (inclusive as sexuais e de gênero) podem constituir um importante recurso pedagógico. (DINIZ E LIONÇO, 2008, p. 15)

Esse posicionamento vai de encontro aos discursos recentes em torno da retirada da ideologia de gênero dos Planos de Educação de alguns Estados brasileiros, inclusive no Distrito Federal. Os argumentos da bancada defensora são de que discutir sobre tal assunto é impor uma ideologia de gênero que desconstrói o modelo tradicional de família, bem como que cabe a família dar orientação sexual e moral as crianças e jovens, pois eles não teriam capacidade crítica para analisar o tema (BRITO, 2015).

Os embates recentes sobre a exclusão da temática é reflexo, principalmente, da influência religiosa que preconiza a heteronorma e agrava o preconceito em relação à liberdade de orientação sexual. Os discursos para justificar tais posturas, também estão presentes nas falas dos atores da comunidade escolar, possibilitando que o diálogo com vistas a não discriminação seja dificultoso.

A Figura III retrata a situação dos Planos Estaduais de Educação Brasileiros em relação à retirada (ou não) das referências sobre “gênero”.

Figura III - Planos de Educação nos Estados Brasileiros em 2015.



Fonte: <<http://www.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-po-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

As constantes interrogações sobre esses discursos e práticas levaram as professoras a se organizarem em ações de reflexão sobre a problemática da homofobia no ambiente escolar. De acordo com Junqueira (2012, p. 19), “mencionar sujeitos e violações a que estão submetidos poderia implicar processos de reconhecimento não só de suas existências sociais, mas de suas condições como sujeitos de direitos”.

Como forma de se trabalhar com a temática, as docentes realizaram atividades como a apresentação de filme abordando o assunto, roda de discussão e produção de textos. “Eu achei o filme interessante e possível de ser visto por todas as turmas. Essa foi a forma que eu encontrei, anda de forma muito pequena, de abordar esse assunto da homofobia dentro da sala de aula” (Isabela).

Além disso, Carolina desenvolveu junto aos alunos uma apresentação teatral onde a exclusão social, inclusive do público LGBT foi bastante enfatizada. “Fizemos uma campanha de basta da violência no fechamento do primeiro semestre [...] os alunos se dividiram em grupos de excluídos, por exemplo, tinham mendigos, obesos, negros e também homossexuais”.

Houve também uma manifestação simbólica onde os alunos, após debaterem sobre a questão da violência no país, pesquisaram sobre dados estatísticos para quantificar e se conscientizar desses números. Nessa manifestação, ocorreu um desfile pelos corredores da escola onde um grupo de alunos com cartazes e camisetas convidavam os demais a participar de uma “corrente para a paz e contra a violência”.

As educadoras apresentaram a homofobia de forma conscientizadora, trazendo informações sobre a existência dessa prática em todas as esferas sociais inclusive na escola. Relataram que os alunos se mantiveram abertos ao debate, interessados em compreender sobre a diversidade sexual e identidade de gênero.

Apesar disso, ficaram algumas dúvidas e interpelações não correspondidas, pois as professoras não conseguiram unificar as informações com os demais educadores da instituição. “Ficou um buraco, um espaço a ser preenchido [...] não basta falar uma só vez ou só alguns participarem. Tem muito professor com medo de sair da zona de conforto e se atualizar [...] ficam presos aos conteúdos formais” (Isabela).

Cabe à escola trazer tal temática dentro do seu currículo, possibilitando que as discussões envolvam os estudantes, problematizando tais assuntos e propondo o respeito da identidade de gênero e das manifestações sexuais [...] são muitas as questões que estão por trás do combate à homofobia, fazendo com que a discussão não aconteça no ambiente escolar. Citamos como exemplo a própria concepção de alguns professores que não concordam com a homossexualidade ou desqualificam

tal orientação sexual, sejam influenciados por dogmas religiosos, por estereótipos e/ou pela própria homofobia, não promovendo reflexões que levem os estudantes a respeitar ao outro (MOREIRA E MELO, 2013, P. 4).

Fica claro que a curiosidade dos alunos para discutir a violência contra o público LGBT é um ponto positivo para que a homofobia seja evitada em sala de aula, pois essa abertura para dialogar justifica a importância da temática no processo de ensino-aprendizagem.

Não é a qualidade do ensino que conduz à coexistência pacífica e ao convívio democrático com a diversidade, mas, antes, é a efetiva promoção da diversidade que pode propiciar um ensino de qualidade e favorecedor de ambiências escolares regidas pela cultura de paz. A diversidade se tensiona, instiga e inquieta; se percebida no âmbito de um processo dialógico, pode se revelar pedagógica. Nesse caso, ela ensina à medida que propicia novas possibilidades de encontros, formas de (re)conhecimento e sensibilidades, bem como oportunidades para desmistificar o que imaginamos acerca de nós mesmos, dos outros e do mundo. É inestimável o que a diversidade pode nos proporcionar ao nos fazer avançar criticamente, sobretudo em relação a nós mesmos, a nossos valores, significados, representações (e autorrepresentações, geralmente tão encantadas e generosas), limites, silêncios e possibilidades. (DINIZ E LIONÇO, 2008, P. 23)

Contudo, é preocupante observar que existe ainda o desinteresse de alguns educadores da instituição em falar sobre o tema, mostrando um movimento de retrocesso para a educação ao perpetuarem suas próprias resistências afastando-se da promoção da cidadania e da diversidade ao invés e de uma proposta educativa inclusiva.

4.3. Desafios e superações

As educadoras relataram não se sentiram à vontade para falar sobre homofobia em sala de aula, tendo em vista ser um assunto polêmico que pode gerar situações conflitantes na família e, conseqüentemente, na escola. Mesmo assim, buscaram trabalhar com a temática devido à emergência da discussão por conta de situações que ocorreram.

As entrevistadas pontuaram que a falta de orientação para trabalhar com a temática em sala de aula é considerada como o maior obstáculo a ser superado. Relataram que se sentem despreparadas para agir frente uma situação de homofobia, sobre como falar do assunto sem ferir a questão da religião ou valores dos educandos, como abordar o tema e como intervir em sala de aula. “A gente não tem um direcionamento sabe, não tem orientação [...] aí fica difícil, porque a gente fica perdida sem saber como fazer, que palavras utilizar, qual a hora certa pra falar sobre o assunto” (Carolina).

Segundo Moreira e Melo (2013), a falta de qualificação e orientação dos docentes é um fator importante para que o combate à homofobia seja ainda mais complexo justificando algumas das “reações de silenciamento ou de omissão frente às atitudes

preconceituosas contra os sujeitos homossexuais, contribuindo para reforçar este tipo de preconceito, muitas vezes não percebido” (p. 6).

A homofobia é um tema trabalhado superficialmente e as professoras não se sentem capacitadas para lidar com o assunto. Isabela enfatiza que na maioria das vezes cabe ao professor se informar “eu participo de palestras seminários, congressos e de várias outras coisas porque é um assunto que me interessa, mas dizer existe alguma preparação para os professores trabalhar com a temática isso não ocorre”.

Verifica-se que por mais que a questão da prática pedagógica seja discutida, ainda se tem a insegurança para lidar com a problemática “então sinto falta de um treinamento para saber como falar sem parecer que estou defendendo ou concordando. É muito difícil. Às vezes até minhas próprias atitudes se confrontam” (Luciano).

Não há apoio nem interesse da instituição em proporcionar cursos ou treinamentos voltados pra essa questão, o que influencia diretamente na atuação das educadoras ao se deparar com situações homofóbicas em sala de aula. “Falta treinamento, orientação aos professores, capacitação para trabalhar sobre o assunto e abordar os direitos humanos” (Carolina):

Luciano: “às vezes os alunos me perguntam coisas que eu não sei responder, ou não sei como lidar quando acontece alguma violência [...]. Por mais que a gente saiba que o respeito é pra todos, ainda se fala muito sobre racismo, Bullying, mas pouco sobre homofobia”.

O programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004) alude sobre a importância em capacitação dos educadores para promoção de uma atuação frente à sexualidade que englobe os aspectos da diversidade e Direitos Humanos, contudo, de acordo com o que foi observado nas práticas da instituição, não houve incentivo à participação dos professores em cursos de formação para se aprofundarem na temática.

De acordo com o programa no que diz respeito ao direito à educação, valorização do respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual, é necessário, dentre outros aspectos, “fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade” (p. 22), para que estes profissionais se sintam capacitados e conscientes da importância em combater a prática da homofobia no ambiente escolar.

Em outra vertente encontra-se pouca participação das educadoras na elaboração do Projeto Político pedagógico – PPP. Foi informado que ele já vem pronto pela direção que traça os direcionamentos e ações a serem realizados no decorrer do ano. Isso gera conflitos sobre quais assuntos transversais devem ser abordados, além da resistência da

maioria dos docentes, induzindo a não inclusão ou abordando de forma sucinta os temas relativos à sexualidade e identidade de gênero.

Essa postura é oposta aos preceitos da Gestão Democrática, pois fica claro que ela não conta com a participação de todos na construção do Projeto. A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) tem como princípio a participação de todas as pessoas que compõem a instituição que, além dos profissionais, envolve a comunidade escolar e local.

O PPP da instituição não menciona a homofobia em nenhuma de suas propostas. De acordo com as entrevistadas “no projeto político pedagógico da escola você não vai encontrar a palavra homofobia ou LGBT ou qualquer outra coisa que fale explicitamente sobre esse assunto” (Isabela).

Por não ser muito discutido com os professores, surge um posicionamento passivo por parte das educadoras que se consideram distantes durante sua elaboração “acho até um ato falho meu porque eu também não demonstro muito interesse em participar, mas a gente contribui um pouco [...] vem da direção só que a gente fecha com propostas de atividades” (Luciano).

Para que ocorra uma educação democrática é importante que o PPP seja construído a partir das interações entre os envolvidos no processo pedagógico, bem como de que as experiências e conhecimentos sejam compartilhados de forma acolhedora entre alunos, funcionários, familiares, dentre outros. Assim, todos cumprem sua função educativa, com respeito recíproco.

O fato de ser direcionada pela direção as estratégias a serem realizadas não exime a responsabilidade dos docentes se inteirar e dialogar sobre os processos existentes das trocas relacionais. Esse empoderamento deve partir de uma postura mais ativa e autônoma de todos os membros da escola.

A autonomia refere-se à capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar da gestão de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos, etc. Isto é, a autonomia fala de uma relação emancipada, íntegra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais, afetivos e sociopolíticos. Ainda que na escola se destaque a autonomia na relação com o conhecimento — saber o que se quer saber, como fazer para buscar informações e possibilidades de desenvolvimento de tal conhecimento, manter uma postura crítica comparando diferentes visões e reservando para si o direito de conclusão, por exemplo —, ela não ocorre sem o desenvolvimento da autonomia moral (capacidade ética) e emocional que envolvem auto-respeito, respeito mútuo, segurança, sensibilidade, etc. (BRASIL, 1997, P. 62).

Outro distanciamento citado foi o da família, que mostra uma postura de cobrança contínua de resultados frente suas expectativas na aprovação dos alunos. “A escola precisa inserir mais a comunidade, a família, os alunos na própria discussão sobre o que eles querem falar [...] então acho que pra isso mudar tem que haver mais diálogo, mais interação” (Carolina).

A escola procura não mobilizar a comunidade escolar como um todo quando situações explícitas de homofobia surgem. Essa postura mostra que a instituição tem uma preocupação em não vincular tais questões à sua imagem, pois considera que pode causar uma impressão negativa. Isabela considera que, em um dos ocorridos a escola deixou a desejar por não oferecer um suporte aos familiares, estudantes e professores, nem dado abertura para que a questão fosse discutida:

Isabela: “teve o caso do um garoto que estudou aqui há uns três anos eu acho e que sofria muito por causa do preconceito, ele era gay, sabe. Daí ele saiu da escola e meses depois se matou com um tiro na cabeça. Ficamos muito chocados, só que a escola se eximiu de qualquer trabalho de conscientização. Eu acho que não foi culpa da escola, mas se aquele garoto encontrasse apoio, respeito e compreensão aqui dentro, seria mais fácil para ele lidar com essas mudanças e dúvidas que são comuns na adolescência. Esse menino só tinha 16 anos e o caso ficou deixado por debaixo do tapete para não manchar a imagem da escola ou não vincular esse aluno a ela”.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (BRASIL, 2006), a prática educativa deve ser multidimensional e incutida de uma “mobilização global para a educação em direitos humanos [...] imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, [...], nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade” (p. 24).

Uma educação voltada para os pressupostos dos Direitos Humanos deve considerar a participação democrática em todos os aspectos, pois assim, práticas cidadãs são desenvolvidas e cada agente se empodera da importância de sua atuação, de seu papel na promoção da educação inclusiva, sem discriminações e preconceitos.

O viés religioso da instituição não foi um fator considerado como impeditivo para se falar sobre a temática LGBT na escola, contudo, ficou evidente a dificuldade em saber como passar esses conceitos sem ferir a identidade religiosa. Essa preocupação se dá

principalmente por causa da família, que busca a instituição devido seus preceitos culturais de fé e por se identificarem com esses valores.

Carolina: “a gente fica com um pouco de medo de falar e os pais também acharem ruim. Muitos são evangélicos, assim como a base da escola, apesar de que isso não influencia muito, mas a gente sabe que por trás da cortina não pega bem falar sobre isso.

O ensino religioso, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), é considerado como disciplina facultativa que tem relação com as preferências dos alunos e dos responsáveis. Rocha (2012) pontua que trabalhar as sexualidades ainda é desafiador devido ao atravessamento moral e religioso, bem como das concepções familiares sobre o assunto.

A professora Isabela relata que o viés religioso da escola dificulta em alguns momentos na discussão sobre a temática em sala de aula, pois nem todos os educadores são a favor para que tais diálogos aconteçam, criticando, inclusive, os que realizam atividades mais incisivas sobre a temática. “A gente nunca conseguiu trabalhar de forma a ter um programa mesmo que envolvesse todos os professores, a direção e a família. Sabe isso ainda é um nó que a gente ainda não conseguiu ultrapassar” (Isabela). Dessa forma, as discussões sobre sexualidade ficam ligadas basicamente as concepções biológicas, como campanhas sobre gravidez na adolescência, DST’s, dentre outros.

Mesmo presente no PNEHD (BRASIL, 2006) a transversalidade das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual, há um distanciamento dos educadores para incluir a temática de forma crítica e reflexiva, Junqueira (2011, p. 10) traz uma crítica relativa às consequências desse distanciamento e negação de debates sobre a temática:

É preciso ainda notar que, na escola (e também fora dela), a contínua repetição das “verdades” postas pela matriz heterossexual e, portanto, pelas normas de gênero, aprofunda o processo de distinção e elevação estatutária dos indivíduos pertencentes ao grupo de referência: os heterossexuais, particularmente os homens heterossexuais. A norma os presume, ao mesmo tempo em que sua incessante reiteração garante maior sedimentação das crenças associadas ao estereótipo, podendo levar a sua “profecia” ou a se cumprir ou a exercer seus efeitos de poder na inclusão periférica ou na completa marginalização do “outro”. Seria importante que começássemos a pensar na situação de privilégio em que se encontram as pessoas vistas como heterossexuais nesse cenário, inclusive nos efeitos (anti) pedagógicos que isso produz.

As educadoras consideram que o problema maior em tocar no assunto está na família subtender a existência de um posicionamento a favor da perpetuação dos comportamentos homossexuais, além disso, há uma dificuldade maior em falar sobre a

temática com alunos do Ensino Fundamental por causa da idade, maturidade para compreensão dos assuntos além de não saberem como abordá-lo para o público infantil.

Considerar a experiência simbólica das relações existentes no ambiente escolar é respeitar a existência da dimensão do outro nos processos de desenvolvimento caracterizado basicamente pela emoção e pelas trocas estabelecidas nesses contatos. Essa ideologia defendida por estudiosos como Henri Wallon e Lev Vigotski, enfatizam que a construção do eu se dá partir do reconhecimento do outro, das relações que ocorrem no nosso ambiente social e histórico.

Por esse motivo, silenciar-se diante da reflexão dos conteúdos voltados para a temática LGBT é omitir e manter abjetadas as parcelas da população que fazem parte de nosso convívio social e, conseqüentemente, de nós mesmos. Ao compreender que o processo de construção da existência humana envolve além da dimensão do outro, nossa própria constituição como sujeitos, passamos a ter uma identidade pessoal e social com os nossos semelhantes de forma mais harmônica.

Por isso, a ideia vinculada a maturidade para receber o conhecimento está mais ligada a não passar essas informações do que como transmiti-las. Caracterizando a dificuldade maior das entrevistadas relativas à falta de orientações para atuar no combate a homofobia em sala de aula, bem como de inserir temas relativos à identidade de gênero e orientação sexual.

Luciano: “eu tenho um cuidado muito grande porque como você passa e como chega aos ouvidos desse pai às vezes chega de uma maneira diferente, aí o pai pensa poxa o que esse professor está ensinando pro meu filho? [...] até porque a escola tem uma doutrina evangélica, então não é que eu evito, mas é que principalmente com as crianças menores eu tenho muito cuidado ao utilizar certos termos pra não gerar uma confusão, eles são muito crianças pra compreender certas coisas. Eu fico com receio e dali ter um distúrbio dizendo que eu estou defendendo ou instigando que eles sejam assim só porque eu estou tocando no assunto”.

As professoras percebem que a escola dá liberdade para que os variados assuntos sejam falados independente da doutrina religiosa que fundamenta os valores da instituição. No entanto, consideram que precisam ficar atentos na maneira em conduzir esses assuntos, pois se preocupam também com suas integridades profissionais e pessoais interpretadas.

Luciano: “por mais que os pais saibam que eu sou casado e não sou homossexual e os alunos também, quando a gente toca nesse assunto, assim, como homem mesmo sabe, fica sendo mal visto, pensam que a gente é homossexual e o preconceito recai sobre o próprio professor”.

A instituição se preocupa basicamente em transmitir os conteúdos formais para que os alunos obtenham bons desempenhos nos vestibulares. Isso também é um desafio a ser superado, pois acaba por afastar esse aprendizado para a vida, para o convívio social harmônico em detrimento de classificações e aprovações. “Acaba sendo muito voltado para o PAS, Enem, vestibulares e muitas vezes esquece de falar sobre questões sociais, subjetivas” (Carolina).

Nesse contexto, Diniz e Lionço (2008) argumentam a necessidade em romper com o silêncio existentes na transmissão dos conteúdos formais no que diz respeito a diversidade sexual. Percebem a necessidade em encontrar mecanismos que discutam sobre a temática e rompam com o ciclo de marginalização das práticas sexuais não-hegemônica da sociedade:

A escola é um espaço de construção de novas práticas sociais e saberes compartilhados. A vida escolar não se resume à socialização formal de crianças e adolescentes, pois é também uma experiência potencial de revisão e crítica de práticas sociais injustas e discriminatórias. Temas como a discriminação por raça, sexo ou deficiência passaram a fazer parte da agenda de formação escolar na última década, havendo um crescimento dessas discussões nos livros didáticos brasileiros. [...] No entanto, o mesmo movimento crítico de revisão ética de nossos padrões de desigualdade e opressão no campo das relações raciais e de gênero não se estendeu ao tema da diversidade sexual (p. 61).

Essa visão também é compartilhada pelos pais, que se preocupam basicamente com os conteúdos formais repassados e, de acordo com as educadoras, acham que a escola não precisa se preocupar com esses temas, mas com os assuntos frequentes nas provas para vestibular, perpetuando ainda mais um distanciamento junto à escola nos debates sobre homofobia. A família é considerada aliada à base educativa dos sujeitos juntamente com escola e buscam resultados satisfatórios relativos ao aprendizado. Segundo Diniz e Lionço (2008, p. 74):

[...] ambas são vistas como lugares importantes no embasamento do processo de socialização. E essa socialização não é neutra; ela transmite, produz e reproduz modelos de comportamento, sensibilidade e racionalidade próprios da cultura. Corpos, masculinos e femininos, são construções sócio-históricas, e as instituições sociais – família, escola, etc. – atuam no processo educativo. Elas fixam modelos, formas e valores, produzindo sujeitos e significados de gênero. Assim, firmamos a ideia de que os conteúdos utilizados pela educação formal estão repletos de significados de gênero, denunciando, mas também, muitas vezes, justificando desigualdades, ora por meio do preconceito explícito, ora valendo-se do silêncio.

Carolina defende que “a temática LGBT deveria ser trabalhada naturalmente como parte de todas as disciplinas”, mas devido à cobrança em se obter os resultados esperados, os pais “tem marcação acirrada porque querem que seus filhos sejam aprovados nas universidades públicas e nos programas oferecidos” (Isabela).

As educadoras criticam essa restrição de valores em detrimento dos conteúdos formais. Sugerem espaços para se discutir sem o peso da cobrança no desempenho escolar sejam oportunizados pela escola, mas verificam que não há abertura da instituição para que isso ocorra. “É uma questão de evolução social, mas parece que podemos até falar sobre tudo desde que seja limitado a alguns tópicos, já batidos e decorados” (Isabela).

4.4. A vivência dos educadores e expectativas futuras

De maneira geral as educadoras avaliaram como positiva suas intervenções no enfrentamento da homofobia realizadas na instituição. Além disso, se mostraram interessadas em aprofundar o assunto e aprimorar seus conhecimentos na temática, pois verificam que existem muitos alunos LGBT's na escola que sofrem discriminação e preconceito.

Os estudos realizados por Castro, Abramovay e Silva (2004) informam que muitas vezes a sexualidade fica relegada nas prioridades curriculares, pois os programas de capacitação, quando ofertados, são realizados em horários contrários às aulas. No caso das professoras entrevistadas, todas trabalham nos dois turnos, o que corrobora com o estudo, onde os autores relatam que para professores com este perfil resta falar no assunto de modo breve e pontual, por mais que essa capacitação seja vista como um dos constructos mais importantes na promoção da qualidade do ensino.

Relataram que ao presenciarem casos de homofobia sentiram-se incomodadas, demonstrando suas implicações para buscar estratégias de resolução dos conflitos. Consideram que tais atos prejudicam na formação dos indivíduos e na socialização pacífica. Por isso, as reflexões sobre essas subjetividades excluídas demandam um esforço constante por parte das educadoras para que a temática não se esvaira com tempo.

De acordo com a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura da Paz (ONU, 1999), a promoção, o desenvolvimento de valores e o estímulo para uma educação capaz de instigar o diálogo para a resolução pacífica dos conflitos é primordial para que a sociedade evolua em igualdade, tolerância, justiça, respeito e compreensão.

O que mais incomodou as professoras foi o despreparo para lidar com a temática em sala de aula, tendo em vista que a religiosidade presente na instituição é um fator a ser considerado ao adentrar nos assuntos sobre sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual.

[...] a intervenção da escola no campo da sexualidade além de complexa, tem riscos, considerando-se que a escola é intrinsecamente orientada para disciplinamentos, ênfase na razão e no controle, preocupando-se em ministrar conhecimentos especializados e ensinar para a vida em coletividade. Já a sexualidade pede observação de desejos, individuação e atenção para as tênues fronteiras entre prazer, libido e pulsões e o fixar limites para que tais orientações individuais não ponham em risco projetos civilizatórios, a convivência e o direito do outro (CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA, 2004, p. 33).

Agir de alguma maneira no combate à homofobia fez com que suas atuações se tornassem mais conscientes, mesmo que as dúvidas sobre como atuar ainda não tenham sido sanadas. Elas consideram que o cenário da homofobia foi alterado positivamente e que houve uma redução explícita dessa violência.

Luciano: “é importante o professor na função de mediador tá relatando e mostrando alguma coisa sobre isso. Trazendo situações que, às vezes, mesmo que não tenha acontecido na escola, pode acontecer. Daí eles saberão ter mais respeito e evitar a violência com homossexuais e tal. Mesmo que isso pareça distante da família daquela criança, em algum momento em um shopping, em um lugar de lazer, por exemplo, ela se vê inserida em uma situação e não sabe se comportar nem o que fazer e a caba sendo agressiva e preconceituosa. É importante que os educadores e também os pais trabalhem o respeito ao gênero oposto e sua sexualidade”.

O fato de terem buscado informações sobre a temática também proporcionou que as discussões sobre Direitos Humanos fossem mais frequentes, bem como de que suas próprias atitudes frente aos posicionamentos e opiniões ficassem mais reflexivas. Segundo Junqueira (2009, p. 76) “quando se examina a homofobia, fica ainda mais clara a pertinência e a relevância desta preocupação”.

Carolina enfatizou a importância da autoavaliação, pois acredita que da mesma forma que as pessoas não compreendem o preconceito contra a população LGBT por considerarem suas atitudes “normais”, percebe que “se a gente não tentar entender e mudar isso em nós mesmos como é que ensinaremos tais valores para esses alunos”. Atitudes autoavaliativas também se apresentaram nos discursos.

Luciano: “eu vou pra casa pensando será que a minha atitude foi preconceituosa. Às vezes a gente fala frases prontas e brincadeiras que parecem não ofender, mas acaba magoando. Outro dia falei que com tantas meninas bonitas e inteligentes os meninos ficavam só no celular e falando um monte de bobagens e palavrões ao invés de serem

gentis e cavalheiros com as meninas. Daí uma das meninas levantou e disse que elas preferiam se beijar entre elas porque os meninos eram muitos sem graça, a outra também falou que já beijou mais mina do que meninos e que achou muito melhor. Aí eu fiquei me sentindo sem ação. Fiquei com receio de ter sido preconceituoso dizendo que meninos devem ficar com meninas, mas não quis que eles pensassem que é só desse jeito que as coisas acontecem”.

É importante que a escola esteja aberta para que essa temática seja discutida, pois apesar de ser importante concentrar nos conhecimentos formais, há uma preocupação das educadoras em expandir os assuntos para além da aprovação. Elas se mostraram preocupadas com o fato de que, ao saírem da escola os alunos estejam despreparados para lidar com as diversidades sexuais existentes.

Isabela relata que se no espaço escolar não ocorrer uma mudança nos padrões de comportamento frente à homofobia, tais padrões repercutirão no futuro, principalmente quando as “grades que cercam a escola não fizerem mais parte de suas vidas, [...] e o mundo lá fora, cheio de pessoas diferentes, com pensamentos diferentes. [...] como eles vão se desenvolver afetivo-sexualmente?”.

De modo geral, percebem a família como ameaçadora, pois a instituição se preocupa muito com a imagem transmitida aos pais, deixando de lado alguns preceitos de sociabilidade também importantes. É perceptível que as professoras querem transmitir valores condizentes com os esperados, dentro de uma proposta formal de educação, mas almejam quebrar tabus frente à concepção heterossexista.

O Distrito Federal, segundo pesquisa realizada por Castro, Abramovay e Silva (2004) apresenta um alto índice de discussão entre pais e filhos sobre a sexualidade. Os dados mostram também que a escola é considerada como fonte importante para oferecer essa orientação. Contudo, a discussão ainda está envolta nos aspectos biológicos em detrimento dos subjetivos relativos à diversidade sexual.

Acreditam que os trabalhos realizados puderam ser incorporados para fora da sala de aula, pois de acordo com Isabela “quando a família ou a escola fecham os olhos para o problema da homofia elas também deixam de reconhecer que na sociedade ninguém é igual”.

Por isso é importante que a temática seja considerada como relevante no currículo, pois os jovens têm vários questionamentos, além de interesse sobre o tema, possibilitando que as práticas de homofobia possam ser discutidas e dirimidas de seus comportamentos sociais.

As professoras esperam que a escola proporcione mais espaço e oportunize palestras para que essa temática possa ser mais compreendida. Estão preocupadas com as correntes políticas defensoras de padrões conservadores, o que pode dificultar mais ainda no diálogo com a família e a implantação de ações mais efetivas no combate à homofobia.

Carolina: “a gente quer falar mais sobre isso, tem que ser contínuo. [...] é complicado porque o cenário político atual tem buscado limitar essas discussões nas escolas [...] já era difícil, agora temos que ser fortes mais ainda para argumentar quando um pai religioso vier questionar. Meu medo é da escola se fechar de vez e não permitir tocar no assunto LGBT”.

Rocha (2012) sinaliza que os PCN’s sempre foram alvo de questionamentos quanto à sua aplicabilidade, principalmente no que se refere à continuidade das discussões sobre diversidade sexual. Assim, questões sobre o preconceito e discriminação devido à orientação sexual e identidade de gênero são constantemente discutidas quanto sua relevância ou não na transversalidade curricular.

As expectativas delas é de que sejam ofertados cursos a todos os docentes da instituição, para que eles desmitifiquem concepções equivocadas e preconceituosas relativas às diversidades sexuais, bem como que possam superar seus próprios preconceitos, preocupando-se em oferecer uma reflexão sobre a abjeção social sofrida pelo público LGBT.

Uma sugestão apresentada pelas entrevistadas é de que ONG’s e militantes LGBT’s sejam convidadas a palestrar e apresentar dados sobre a homofobia, “com pessoas que realmente são, dando palestras e experiências de vida. Experiências boas e ruins” (Luciano). Castro, Abramovay e Silva (2004, p. 41) enfatizam sobre a inserção de debates no ambiente escolar sobre a temática:

De fato, atualmente, principalmente tanto por uma ação de movimentos sociais e ONGs de mulheres, e aqueles voltados à construção de outras masculinidades não machistas ou por estereótipos, na de defesa de direitos humanos de grupos identitários discriminados, como os homossexuais, e na frente de luta contra Aids, programas e projetos governamentais vem-se ampliando e socialmente legitimando a importância de se estruturar debates e ações sobre sexualidade na escola, considerando diferentes dimensões relacionais.

As educadoras consideram valorativo falar sobre a violência como tema amplo, mas percebem que a temática da homofobia na escola deveria ser melhor trabalhada, com um espaço par discussão mais aberto e amplo.

Carolina: “tem que fazer mais palestras, ações educativas mesmo. Campanhas. Tem que mostrar como é que é de verdade, parar de

esconder que tem um monte de gente que morre porque é gay, por causa do preconceito, da intolerância da sociedade. Podiam trazer grupos, ONGs, palestras sobre o assunto. Ou fazer um dia temático na luta contra a homofobia. Seria bem legal isso fazer parte do currículo”.

A participação da família também foi sugerida pelas educadoras no intuito de aproximá-la dos temas abordados na instituição. Além disso, consideram que aproximando os pais e a comunidade, a barreira religiosa fica menor, pois “a escola é até aberta para os temas, mas fica receosa para não ofender a religião dos pais” (Isabela). De acordo com Junqueira (2009, p. 284):

“[...] o trabalho de todos os profissionais envolvidos com pesquisas acadêmicas é investigar, estudar e propor condições e recursos que contribuam para o bem-estar e a educação dessas pessoas [...] penso que a tarefa dos que têm alguma deficiência e de seus familiares é mostrarem-se como são e denunciarem as discriminações vividas, reivindicando condições de equidade para que possam exercer seu direito de viver a sexualidade não como uma concessão, mas como uma conquista social, de fato”.

As recomendações das educadoras sinalizam a necessidade em apoiar as redes de Direitos Humanos para que a homofobia seja denunciada, bem como de que seja promovida a constante reflexão do tema englobando toda a comunidade escolar direcionada para a conscientização e resolução democrática dos conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos mostraram que as educadoras têm críticas significativas quanto ao modelo educacional vigente no que se refere ao combate à homofobia na instituição, pois consideram não receber orientações sobre como lidar com a problemática, nem espaço para que ela seja abordada de maneira mais ampla o que dificulta suas ações quando tais violências surgem em sala de aula.

Entretanto, por se tratar de um tema ainda polêmico na sociedade, entendem que é importante se autoavaliarem constantemente sobre suas próprias atitudes frente à perpetuação das práticas homofóbicas. De acordo com as entrevistadas, a discriminação e o preconceito devido às variadas formas de expressão das identidades é um problema a ser trabalhado além da escola evidenciando a necessidade em inserir toda a comunidade escolar nos debates sobre a homofobia.

A partir do momento em que a violência se apresenta nos discursos, comportamentos e opiniões dentro da instituição, esse “outro” tem sua subjetividade ferida; àquele que não corresponde aos padrões heterossexistas, é colocado como abjeto, a margem do pertencimento de garantias e direitos igualitários, afastando, também, a escola de sua função social de educar para uma cidadania ativa e reflexiva.

A variedade de violências contra o público LGBT apresentadas pela pesquisa demonstraram uma preocupação em relação à perpetuação dessas práticas para a vida desses sujeitos. Considerar o outro em sua singularidade é promover o respeito mútuo e a Cultura da Paz, que precisa ser construída nas ações cotidianas, principalmente no espaço escolar onde o convívio social é um dos influentes para a transformação de padrões preconceituosos em comportamentos éticos.

A escola como sendo um ambiente difusor da cidadania ativa deve promover a socialização para a diversidade, retirando àqueles sujeitos invisibilizados por suas escolhas afetivo-sexuais da abjeção social. Além disso, sua preocupação central com a promoção da igualdade e respeito ao outro, precisa estar interligada às práticas pedagógicas, ao conteúdo e cotidiano.

Sendo assim, as ações curriculares necessitam se direcionar para a discussão da homofobia e no combate a essa violência, tendo em vista o sofrimento psicológico e consequências sociais que ela acarreta às vítimas. Aos estudantes cabe uma abordagem que implique em competências para refletir sobre suas posturas, bem como aos docentes se autoavaliarem diante de suas atuações para que sejam embasadas no respeito às singularidades.

A sociedade também precisa abrir espaço para discutir sobre a problemática da homofobia, pois ela é contributiva para a manutenção da dinâmica heteronormativa que desestabiliza a promoção de uma convivência harmônica, pautada no respeito, na não discriminação e na democracia dos direitos universais.

O diálogo conjunto é uma estratégia promissora para que políticas inclusivas sejam efetivadas. Para isso, a Psicologia precisa expandir sua atuação política frente às demandas sociais, pois estes profissionais lidam com as interpelações profundas da psique humana, sendo importante que se conscientizem de seu papel social, reflitam sobre a necessidade de articular estratégias afirmativas da diversidade sexual e promoção da cidadania.

De acordo com os Princípios de Yogyakarta (CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V., 2007), é dever do Estado garantir uma educação direcionada ao

desenvolvimento das personalidades; ao respeito aos Direitos Humanos; e assegurar que pais, alunos, docentes convivam e um “espírito de entendimento, paz, tolerância e igualdade, levando em consideração e respeitando as diversas orientações sexuais e identidades de gênero” (p. 24).

O enfrentamento da homofobia nas escolas envolve uma gama maior da população, é papel de cada cidadão, pai, profissional e do poder público, sendo indispensável que tais temáticas façam parte do currículo escolar e das discussões em sociedade para que os Direitos Humanos e práticas cidadãs sejam reproduzidos de maneira habitual, global e geracional. Tais debates não podem cessar e precisam ser difundidos a todas as esferas sociais.

O estudo apresentou mais do que um cenário vivenciado pelas professoras, alunos e comunidade escolar. Foi possível verificar a importância em dar continuidade também nas investigações e buscar a partir das informações obtidas, quais as ações são possíveis para auxiliar no enfrentamento da homofobia no ambiente escolar.

Dessa forma, é necessário que outras áreas do saber se comuniquem e desenvolvam conjuntamente estratégias de atuação, bem como se conscientizem na emergência da aplicabilidade dessas ações, pois pensar a educação como um processo democrático é, também, englobar as diversidades nos campos dos saberes.

É a partir da experiência da democracia participativa que os sujeitos se implicam nos processos analíticos da realidade e passam a atuar de forma mais organizada, com uma identidade estabelecida. Não basta apenas exigir seus direitos, mas defendê-los, questionar quando são ameaçados ou retirados e, mais ainda, respeitar o direito do outro.

A partir dessa coletividade de ações, os espaços se tornam mais justos, igualitários, inclusivos e pacíficos. Sem o empenho de todos para o desenvolvimento de melhorias na qualidade de ensino se torna mais difícil que as relações sejam ressignificadas e reinventadas.

É com o diálogo que os significados das relações podem ser interpretados e construídos, pois a partir do momento em que a educação se pauta nos Direitos Humanos e todos os atores se engajam nesse significado maior, torna-se possível a valorização e manifestação das diversidades culturais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Projeto Educação para promoção e reconhecimento da diversidade sexual e enfrentamento ao sexismo e a homofobia. Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORGES, Z. N.; PASSAMANI, G.R.; OHLWEILER, M. I.; BULSING, M. Percepção de professoras do ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria. *Revista Educar*. Curitiba, n. 39, jan./abr. 2011.
- BORTOLINI, Alexandre. (Coord.). *Diversidade Sexual na Escola*. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e a discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Ano CXXXIV, nº 248, 23 dez. 1996.
- _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o *Plano Nacional de Educação 2014-2024* e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil*. Brasília: SDH, 2013.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: MEC, 2006.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Subsecretaria de promoção e Defesa dos Direitos Humanos. *Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília, maio 2009.
- BRITO, Patrícia; REIS Humberto. Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem ideologia de gênero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Educação, 25 jun. 2015.
- BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. *Psicologia Fenomenológica: Reflexões e Perspectivas*. São Paulo: Ômega Editora, 2001.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M; SILVA L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil; 2004.
- CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n. 31, jan./abr. 2006.
- CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V. (orgs.). *Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*, 2007. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

COSTA, K. C. F. et al. Diálogos para o enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à homofobia - Uma construção coletiva de políticas públicas. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis: Anais eletrônicos, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1387473691_ARQUIVO_AmeliaTerezaSantaRosaMaraux.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

DEUS, Adélia Meireles de; CUNHA, Djanira do Espírito Santo Lopes; MACIEL, Emanoela Moreira. *Estudo de Caso na Pesquisa Qualitativa em Educação: uma metodologia*. Piauí: Universidade Federal do Piauí, 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_1>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DIAS, Adelaide Alves; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. A pedagogia e a educação em direitos humanos. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; et. al. (Org.) *Direitos Humanos na Educação Superior: Subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana. *Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual*. Psicologia política. v. 8, n. 16, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993, v. 1.

FRAYZE-PEREIRA, João A. *A questão da alteridade*. Psicologia - USP, v. 5, n. 1-2, 1994. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br>>. Acesso em: 21 Ago. 2015.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. *Revista Brasileira de Educação*. Belo Horizonte, n. 46, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-46982007000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 set. 2015.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. In: IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, *ABRAPEE*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/documentos/cd_ix_conpe/IXCONPE_arquivos/13.pdf>. Acesso em: 8 set. 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. *Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a Pedagogia do Armário*. SILVA, Fabiane Ferreira da (Org.). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação*. Uruguaiana: Unipampa, 2011.

_____. *Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar*. São Paulo: Annablume, 2012. (Série Sexualidades e Direitos Humanos).

MACDOWELL, Pedro de L. *O lugar da abjeção: Espaço e corporalidade na experiência de travestis que se prostituem*. Brasília, 2008. Trabalho apresentado pelo Mardideias na Universidade Católica de Brasília, ago. 2008, 1; Simpósio Temático Fazendo Gênero, 2, 2008, Florianópolis.

MEYER, Z. M; BORGES, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, jan./mar. 2008.

MOREIRA, Jefferson da Silva; MELO, Andréa Silene A. F. Homofobia no espaço escolar: reflexões a partir de publicações científicas. In: III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Direito, Educação, Gênero, Religião e Direitos Humanos, *UNEB*. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Homofobia-no-espao%20o-escolar-reflexoes-a-partir-de-publicacoes-cientificas.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

ONU. *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura da Paz*, 1999. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%20o%20Programa%20de%20A%20o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-ONU.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

POZZER, Adecir. *A formação de professores em e para direitos humanos na perspectiva filosófica de Emmanuel Levinas*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2013.

ROCHA, Késia dos Anjos. *Da política educacional à política da escola: os silêncios e sussurros da diversidade sexual na escola pública*. 2012. Dissertação (Pós-graduação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação, Marília, 2012.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia ciência e Profissão*, Brasília, v. 23, n. 4, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In MAGALHÃES, Maria Cristina Rios. *Ensaio sobre a urbanização na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta, 1995.

SOUZA, E. Karielle Teixeira de. *Quando algumas travestis esbarram na dependência química: caminhos e espaços para o tratamento*. 2010. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos: o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et. al. (org.). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: UFPB, 2007.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, set./out. 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.